

**INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.**

CNPJ/ME nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829

**Demonstrações Financeiras 2021**



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto prejuízo/lucro por ação)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Ativo	Nota explicativa		Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Circulante</b>							<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3	83	-	284.644	58.541		Fornecedores	13	6	-	54.282	90.989	
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	8.270	-		Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.658	1.032.744	
Contas a receber	5	-	-	46.060	24.083		Debêntures	15	-	-	869	-	
Estoques	6	-	-	3.005	1.461		Credor pela concessão	16	-	-	13.190	382	
Adiantamento a Fornecedores		14	-	1.959	918		Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais	17	-	-	13.041	7.980	
Despesas Antecipadas	7	-	-	2.546	9.333		Impostos, taxas e contribuições	18	-	-	12.139	12.139	
Impostos a recuperar		2	-	2.913	24		Adiantamento de clientes		-	-	2.019	33	
Partes relacionadas	19	-	-	200	260		Seguros e garantias		-	-	149	119	
Outros Ativos		-	-	345	2		Passivo de arrendamento	20	-	-	7.361	6.543	
Total do ativo circulante		99	-	349.942	94.622		Partes relacionadas	19	-	-	2.345	413	
<b>Não Circulante</b>							Provisão para manutenção	21	-	-	1.111	-	
Dividendo a receber		492	282	-	-		Outras contas a pagar		-	-	369	311	
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	15.286	-		Total do passivo circulante		6	-	110.165	1.151.653	
Impostos diferidos	8	-	-	23.291	432		<b>Não Circulante</b>						
Depósitos judiciais		-	-	140	-		Empréstimos e financiamentos	14	-	-	628.673	-	
Investimento	9	1.021.199	506.790	-	-		Debêntures	15	517.827	-	1.407.070	-	
Imobilizado	10	-	-	34.779	11.568		Passivo de arrendamento	20	-	-	5.456	9.802	
Intangível	11	-	-	2.279.080	1.545.941		Provisão para contingência	22	-	-	1.254	29	
Direito de uso	12	-	-	12.400	15.993		Provisão para manutenção	21	-	-	58.343	-	
Total do ativo não circulante		1.021.691	507.072	2.366.426	1.573.934		Dividendos	23.b	282	282	282	282	
<b>Total do Ativo</b>		1.021.790	507.072	2.716.368	1.668.556		Total do passivo não circulante		518.109	282	2.101.078	10.113	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

Resultado	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Receita Líquida</b>	24	-	-	1.291.785	596.286	-
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	25	-	-	(1.145.823)	(476.061)	-
<b>Lucro Bruto</b>		-	-	145.962	120.225	-
<b>Despesas Operacionais</b>	25	(143)	-	(41.115)	(35.114)	-
Despesas operacionais			9	22.119	29.715	-
Resultado de equivalência patrimonial				-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas				-	554	127
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>			21.976	29.715	105.401	85.238
<b>Resultado Financeiro</b>						
Receitas financeiras	26	4	-	14.670	5.970	-
Despesas financeiras	26	(26.245)	-	(136.301)	(46.473)	-
				(26.241)	(121.631)	(40.503)
<b>Resultado do Período antes do IRPJ e da CSLL</b>			(4.265)	29.715	(16.230)	44.735
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	-	-	(10.894)	(15.452)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	22.859	432	-
<b>Resultado Do Exercício / Período</b>			(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Lucro por ação - básico e diluído	27	(0,009)	0,06	(0,009)	0,06	-

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE**

Resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Resultado do Exercício / Período</b>	(4.265)	29.715	(4.265)	29.715
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício / Período</b>	(4.265)	29.715	(4.265)	29.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Fluxo de Caixa	Nota explicativa		Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>						
Resultado do exercício/período		(4.265)	29.715	(4.265)	29.715	-
Ajustes:						
Depreciação e amortização	25	-	-	95.873	32.564	-
Baixa do intangível	11	-	-	629	-	-
Juros sobre contratos de arrendamentos	26	-	-	878	616	-
Impostos diferidos	8.b	-	-	(22.859)	(432)	-
Provisão para contingência	22	-	-	1.225	29	-
Provisão para manutenção	21	-	-	59.454	-	-
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	26	-	-	73.814	38.111	-
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	26	26.245	-	48.147	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(22.119)	(29.715)	-	-	-
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>						
Contas a receber		-	-	(21.977)	(24.083)	-
Estoques		-	-	(1.544)	(1.461)	-
Impostos a recuperar	(2)	-	-	(2.889)	(24)	-
Adiantamento a fornecedores	(14)	-	-	(1.041)	(918)	-
Despesas antecipadas		-	-	6.787	(9.333)	-
Outros ativos		-	-	(483)	(2)	-
Fornecedores	6	-	-	(81.644)	90.989	-
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	-	5.061	7.980	-
Credor pela concessão - Onus de Fiscalização		-	-	12.808	382	-
Impostos, taxas e contribuições		-	-	11.735	12.139	-
Contas a pagar com partes relacionadas		-	-	1.992	153	-
Outras contas a pagar		-	-	2.075	425	-
IRPJ e CSLL pagos no período		-	-	(10.103)	-	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	20	-	-	(878)	(616)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de operacionais		(149)	-	172.795	176.234	-
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>						
Aquisições de Imobilizado	31	-	-	(25.459)	(12.844)	-
Aquisições de intangível	31	-	-	(728.040)	(1.573.796)	-
Investimento	9	(492.500)	(477.357)	-	-	-
Dividendo a receber	9	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(23.556)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(492.500)	(477.357)	(777.055)	(1.586.640)	-
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>						
Emprestimos e Financiamentos	14	-	-	594.595	994.633	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	-	-	(1.077.088)	-	-
Captação de debêntures	15	491.582	-	1.320.252	-	-
Amortização de debêntures	15	-	-	(7.794)	-	-
Recursos provenientes de alienação de intangível	10	-	-	5.655	-	-
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	20	-	-	(6.407)	(3.043)	-
Integralização de Capital	23.a	1.150	477.357	1.150	477.357	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		492.732	477.357	830.363	1.468.947	-
<b>Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		83	-	226.103	58.541	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-	58.541	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	83	-	284.644	58.541	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Saldo em 31/12/2020	Nota explicativa	Capital Social		Lucros acumulados	Reservas		Total
		Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros	
Capital Social	23.a	1.400.000	(922.643)	-	-	-	477.357
Lucro do período		-	-	29.715	-	-	29.715
Reservas	23.c / 23.d	-	-	(29.433)	1.486	27.947	-
Dividendos obrigatório (R\$0,006 por ação)	23.d	-	-	(282)	-	-	(282)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790
Capital Social	23.a	-	1.150	-	-	-	1.150
Prejuízo do exercício		-	-	(4.265)	-	-	(4.265)
Reservas	23.c / 23.d	-	-	4.265	-	(4.265)	-
<b>Saldo em 31/12/2021</b>		1.400.000	(921.493)	-	1.486	23.682	503.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. ("Companhia"), constituída em 20 de janeiro de 2020, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 - Pista Sul - Ilirapina - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). 1.1 Efeitos da pandemia da COVID-19: Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em relação à pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia. Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram evitados os esforços necessários para a contenção de despesas. A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante. a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo: A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19. O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O Comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração. b) Plano de continuidade das operações e principais ações:: A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia. Continuamos mantendo o mercado em geral informado sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão. Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente. • Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais: • Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos; Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios. ii) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão. • Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando uma técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinada nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3 Base de Consolidação: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data e quem o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial. a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:: As demonstrações financeiras consolidadas

incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 9. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. • Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida. • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação. • Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado. • Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. 2.4 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 2.5 Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

CNPJ/ME nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829

Demonstrações  
Financeiras  
2021

para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. 2.13 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. 2.14 Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.16 Credor pela concessão: Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.17 Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.18 Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. 2.19 Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo pelo método do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Derivativo embutido: Derivativo embutido é um componente de contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo, com o efeito de que parte dos fluxos de caixa do instrumento combinado varia de forma similar ao derivativo individual. O valor da opção de conversão de Debêntures em ações deve ser incluído no componente do passivo e valorizado pelo valor justo quando estes se referem a quantidade de ações variáveis. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo avaliado a custo amortizado e valor justo no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. 2.20 Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. 2.21 Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.22 Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.23 Reapresentação: A Administração efetuou a reclassificação do montante de R\$10.816 referente à sinalização e dispositivos de segurança do estoque para o ativo intangível, pois se trata-se de equipamentos que serão utilizados nas rodovias e fazem parte do ativo intangível da concessão. As demonstrações financeiras anteriormente apresentadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras:

Ativo	Consolidado		
	31/12/2020 (Original)	Ajuste (10.816)	31/12/2020 (Reapresentado)
Estoque	12.277	(10.816)	1.461
Circulante	105.438	(10.816)	94.622
Intangível	1.535.125	10.816	1.545.941
Não circulante	1.563.118	10.816	1.573.934
Total	1.668.556	-	1.668.556

  

DFC	Consolidado		
	31/12/2020 (Original)	Ajuste (10.816)	31/12/2020 (Reapresentado)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (*)	165.418	10.816	176.234
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.575.824)	(10.816)	(1.586.640)

(\*) Em 31 de dezembro de 2020 o total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentado foi de R\$ 64.815, o qual compreendia o somatório das variações dos ativos e passivos operacionais, sendo este ora retificado para correção de erro de somatório e inclusão das variações dos ativos e passivos operacionais. Lucro líquido do exercício e ajustes ao lucro no somatório e total do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, o qual totaliza o montante de R\$ 165.418. 2.24 Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras. (i) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 (R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações ao CPC 06 (R1) que estabeleceu medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para o CPC 06 (R2). Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021. Em março de 2021, o CFC emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações ao CPC 06 (R1) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2022 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2022); e c) Não há nenhuma mudança substantiva de outros termos e condições do contrato de arrendamento. No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes. 2.25 CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture, Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1) CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3) CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Referência à Estrutura Conceitual Imobilizado-Recursos Antes do Uso Pretendido Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	CPC 37 (R1) ( Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos

Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018-2020	CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Resultantes de uma Única Transação	

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-	4.172	1.832
Bancos	-	-	2.168	4.438
Aplicações Financeiras (i)	83	-	278.304	52.271
Total (ii)	83	-	284.644	58.541

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. (i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021. (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

## 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	13.342	-
Aplicações vinculadas - Debêntures	10.214	-
Total	23.556	-
Circulante	8.270	-
Não Circulante	15.286	-
	23.556	-

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: BNDES: (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga trimestralmente; (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento; Debêntures: (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga semestralmente; (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento; A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média variável entre 90% e 100% em 31 de dezembro de 2021.

## 5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico a receber (*)	46.060	23.312
Receitas acessórias	-	771
Total	46.060	24.083
A vencer	46.060	24.083
Total	46.060	24.083

(\*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

## 6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Manutenção civil e hidráulica	834	919
Outros	2.171	542
Total	3.005	1.461

Em 31 de dezembro de 2021 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 29)	2.546	3.841
Custo a apropriar (i)	-	5.492
Total	2.546	9.333

(i) Custos relacionados à captação junto ao BNDES, os quais foram transferidos no exercício de 2021 para o passivo e apropriados ao resultado do exercício conforme evolução do contrato (ver nota explicativa nº 14).

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda diferido	17.125	318
Contribuição social diferida	6.166	114
Total	23.291	432
2021	-	330
2022	2.705	40
Após 2023	20.586	62
Total	23.291	432

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do exercício têm as seguintes origens:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.063	29
Provisão de fornecedores	3.120	852
Provisão para manutenção	59.454	-
Arrendamento Mercantil - IFRS 16	-	389
Provisão PLR	2.933	-
Outras	963	-
Base de cálculo Total	67.233	1.270
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social ativos	22.859	432

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.154	44.735
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(3.452)	(15.210)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização de juros	15.768	-
Prêmios e gratificações	(273)	-
Amortização IFRS 16	(221)	-
Outras diferenças permanentes	143	190
Despesa de imposto de renda e contribuição social	11.965	(15.020)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(10.894)	(15.452)
Impostos de renda e contribuição social diferido	22.859	432
	11.965	15.020
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	118%	34%

## 9. INVESTIMENTOS

A Companhia, aberta no dia 20 de janeiro de 2020, tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 31 de dezembro de 2021 tinha como subsidiária integral a empresa EIXO SP Concessionária de Rodovias S/A mediante um capital social de R\$ 969.857. a) Composição

	Investimentos em controlada direta - EIXO SP	
	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	969.857	477.357
Participação societária	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	1.021.199	506.790

	31/12/2021		31/12/2020	
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total
EIXO SP	969.857	1.021.199	2.714.819	1.693.620

	31/12/2021		31/12/2020	
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total
EIXO SP	477.357	506.790	1.668.556	1.161.766

c) Informações sobre investimentos em controlada direta em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2021		31/12/2020	
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total
EIXO SP	969.857	1.021.199	2.714.819	1.693.620

	31/12/2021		31/12/2020	
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total
EIXO SP	477.357	506.790	1.668.556	1.161.766

## 10 IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Consolidado Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	113	7.546	834	2	4	18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597

	Consolidado							
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Consolidado Total
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(50)	(416)	(861)	(65)	(1)	(2.095)	(54)	(3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

	Consolidado							
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Consolidado Total
Custo do imobilizado								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Depreciação acumulada								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Imobilizado líquido								
Saldo em 27 de janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Em 31 de dezembro de 2021, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as

# INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

CNPJ/ME nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829

# Demonstrações Financeiras 2021



	Consolidado			
	Adições e atualizações contratuais		Amortização	31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Equipamentos operacionais	1.109	1.500	(757)	1.852
Instalações e Edificações	2.110	259	(689)	1.680
Veículos	12.774	1.119	(5.025)	8.868
<b>Total</b>	<b>15.993</b>	<b>2.878</b>	<b>(6.471)</b>	<b>12.400</b>

  

	Valor líquido		Consolidado	
	Adições	Amortização	de baixas	31/12/2021
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Equipamentos operacionais	1.262	(153)	-	1.109
Instalações e Edificações	2.639	(367)	(162)	2.110
Veículos	15.687	(2.913)	-	12.774
<b>Total</b>	<b>19.588</b>	<b>(3.433)</b>	<b>(162)</b>	<b>15.993</b>

Saldo relacionado às operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

### 13.FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Fornecedores - Obras	-	-	41.815
Fornecedores - Imobilizado	-	-	1.294	-
Fornecedores - Serviços	6	-	11.173	5.531
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>54.282</b>	<b>90.989</b>

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzidos dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Consolidado		Amortização			Custo de	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
	Notas Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331	-
<b>Total</b>	<b>1.032.744</b>	<b>650.000</b>	<b>80.080</b>	<b>(1.077.088)</b>	<b>(55.405)</b>	<b>630.331</b>	<b>-</b>

  

Descrição	Consolidado		Amortização			Custo de	
	27/01/2020	31/12/2021	27/01/2020	31/12/2021	27/01/2020	31/12/2021	27/01/2020
	Notas Promissórias	-	1.000.000	38.111	-	(5.367)	1.032.744
BNDES	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.000.000</b>	<b>38.111</b>	<b>-</b>	<b>(5.367)</b>	<b>1.032.744</b>	<b>-</b>

BNDES em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto a BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não convertíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000; A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$ 650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000; • Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000. O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045; em subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045. No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente. Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de: (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão; (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES; (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão. 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual. 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência; (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada. (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES; (viii) Não substituição das fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. b) Nota Promissória: Em 19 de março de 2020, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não convertíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021. A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a fórmula prevista nas Cartulas. As garantias reais eram: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; foram cedidos fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário: (i) Todos os direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados a e/ou emergentes da Concessão a que a Emissora faz jus, desde que não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos serviços do Contrato de Concessão e respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (Lei das Concessões), incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes de direitos indenizatórios, da cobrança de pedágio, dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão ("Recebíveis"). (ii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da, relacionados a e/ou emergentes da titularidade, pela Emissora, das contas cedidas por onde circularão todos os Recebíveis ("Contas Cedidas"), incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas nas e/ou vinculadas às Contas Cedidas ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão"). (iii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo"). (iv) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição; e todos os direitos creditórios de titularidade de da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes das Contas Vinculadas Aumento de Capital ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Aumento de Capital"), e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo, as "Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios da Emissora"), nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças a serem celebrados entre a Emissora, a Acionista, a Subholding e a Holding Pátria, conforme o caso, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (cada um deles, um "Contrato de Cessão Fiduciária" e, todos em conjunto, os "Contratos de Cessão Fiduciária"). (v) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora: a Acionista alienará fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua titularidade detidas e que venham a ser detidas pela Acionista no capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações ("Alienação Fiduciária das Ações da Emissora") e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), as "Garantias Reais", nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária") e, em conjunto com os Contratos de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), os "Contratos de Garantia Real". Nos termos da Cartula, como condição à realização da emissão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, para assegurar as Obrigações Garantidas, será constituída, ainda, a cessão fiduciária e a alienação fiduciária, conforme aplicável, das Debêntures Incentivadas Conversíveis, das ações de emissão da Emissora resultantes da conversão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, de qualquer nova ação de emissão da Emissora ou de eventuais, bônus de subscrição ou títulos convertíveis em ações a serem emitidos pela Emissora, incluindo todas e quaisquer ações que vierem a ser emitidas pela Emissora em decorrência de tais bônus de subscrição ou títulos convertíveis, a ser outorgada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares ("Alienação Fiduciária de Ativos"), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ativos e Outras Avenças a ser celebrado entre o eventual titular

das Debêntures Incentivadas Conversíveis, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos"). Não havia cláusulas de "covenants" financeiros sobre as notas promissórias. Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

### 15. DEBÊNTURES

a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145.500 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339.5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debêntures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$ 490.702 (R\$ 285.000 em janeiro e R\$ 205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$ 350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. c) Debêntures: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2021, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie quirográfica, em série única, no valor total de R\$500.000 (500 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em junho de 2021 e terão prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 15 de junho de 2023, atualizados por CDI acrescidos de juros remuneratórios de 3,30% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$ 500.000 (R\$ 495.204 em junho e R\$ 4.799 em julho de 2021), através de transferência bancária. As debêntures possuem garantias reais, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de: (i) Todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia da Subholding e da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. ("Holding Pátria") decorrentes das Contas Vinculadas Aumento Capital e alienação fiduciária da totalidade das ações, presentes e futuras de titularidade da subholding, sendo: a) Os valores oriundos de qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Eixo SP à Emissora, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos, reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, compra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamento para futuros aumentos de capital social, observado o disposto no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 20.2.0501-3, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Emissora e a Eixo SP; b) Todos os Direitos Creditórios dos Boletins de Subscrição e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição Onerados, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora, a Subholding e a Holding Pátria, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária"). (ii) Alienação fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações, presentes e futuras, de titularidade da Subholding e que venham a ser detidas pela Subholding no capital social da Companhia, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. Não há cláusulas restritivas (covenants) financeiros sobre o financiamento. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de: (i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia e/ou da Eixo SP e/ou da Subholding; (ii) Realização de qualquer pagamento ao acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, juros e/ou qualquer outro recurso; (iii) Transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pela Subholding e/ou pela Holding Pátria, das suas obrigações assumidas; (iv) Contratação, pela Companhia, de quaisquer operações não financeiras com suas partes relacionadas, no montante individual ou agregado superior a R\$10 000 000,00 (dez milhões de reais); (v) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (vi) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência; (vii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas; (viii) Destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Escritura de Emissão; (ix) Ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia Real; (x) Não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais) da Companhia que causem um Efeito Adverso Relevante; (xi) encerramento ou não manutenção, até a integral liquidação das Debentures, das contas corrente nº 53 971 7, 53 972 5 e 53 307-4, todas da agência 8541 do Itaú Unibanco SA (respectivamente, Conta Vinculada Aumento de Capital Holding Pátria, Conta Vinculada Aumento de Capital Subholding e "Conta Vinculada Aumento de Capital Companhia e, em conjunto, "Contas Vinculadas Aumento Capital"), nas quais serão depositados, respectivamente, os recursos para integralização do capital social da Holding Pátria, da Subholding e da Companhia inscritos nos termos das AGEs Aumento de Capital. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2021 é:

Descrição	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
	Debêntures (c)	500.003	26.245	(8.421)	517.827
<b>Total</b>	<b>500.003</b>	<b>26.245</b>	<b>(8.421)</b>	<b>517.827</b>	<b>-</b>

  

Descrição	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
	Partes relacionadas (a)	490.703	39.520	(56)	530.167
BNDES (b)	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Debêntures (c)	500.003	26.245	(8.421)	517.827	-
<b>Total</b>	<b>1.340.706</b>	<b>95.481</b>	<b>(7.794)</b>	<b>(20.454)</b>	<b>1.407.939</b>

### 16. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - ACDUF corresponde à devolução de 75% da outorga variável I.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	Ônus de fiscalização	750
Outorga variável	5.841	-
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente	6.599	-
<b>Total</b>	<b>13.190</b>	<b>382</b>

### 17. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	Salários e honorários	512
Encargos sociais e previdenciários	1.970	1.287
Provisão de férias	5.712	2.785
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	4.847	3.518
<b>Total</b>	<b>13.041</b>	<b>7.980</b>

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.652
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.365	5.261
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.424	1.775
Impostos federais terceiros	956	1.230
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	634	943
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	740	1.618
<b>Total</b>	<b>13.771</b>	<b>12.139</b>

### 19. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Partes Relacionadas (*)</b>			
Entrevistas Concessionária de Rodovias S.A.	132	1.109	749
Concessionária Auto Rápido Tavares S.A.	41	39	252
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	5	-	9
Warrington Investment PTE. LTD.	-	-	(137)
One Infraestrutura de Dados S.A. ***	-	-	126
One Infraestrutura de Dados S.A.	-	-	(339)
IBH I Serviços e Participações S.A.	-	-	(5.276)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>200</b>	<b>2.345</b>	<b>(4.616)</b>

  

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Concessionária Auto Rápido Tavares S.A.	132	135
Entrevistas Concessionária de Rodovias S.A.	128	163
Pátria Infraestrutura IV Saldo em 31/12/2020	-	115
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>413</b>

  

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	200	260
Ativo Não Circulante	-	-
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>260</b>
Passivo Circulante	2.345	413
Passivo Não Circulante	-	-
<b>Total</b>	<b>2.345</b>	<b>413</b>

(\*) Parte relacionada composta pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A. (\*\*\*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. (\*\*\*\*) A Companhia efetuou a venda das torres de telecomunicação para a One Infraestrutura de Dados S.A. com o recebimento via transferência bancária no dia 23 de abril de 2021, com a opção de recompra das torres ao em maio de 2050. **Remuneração dos Administradores - Consolidado:** Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2021 em até R\$6.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R\$4.608 (R\$ 1.519 em 31 de dezembro de 2020) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. **Debêntures:** As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 15, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante captado e, (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante captado. Destacamos o resultado de juros em relação às debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 15 com efeito no resultado no montante de R\$ 39.520. **Dividendos**

	Controladora	
	Nota explicativa	
	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a receber	9	492
Dividendos a pagar	23.b	(282)

### 20. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspond

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.

CNPJ/ME nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829

## Demonstrações Financeiras 2021



b. Possível: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões. Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

### 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$478.507 (R\$ 477.357 em 31 de dezembro de 2020), representado por 478.507 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 15 de julho de 2021 houve integralização de R\$ 1.150 mediante depósito em conta corrente, representado por 1.150 novas ações. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	478.507	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2021 não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório em função de não ter lucro no exercício. Em 31 de dezembro de 2020 a destinação foi de R\$ 282, conforme quadro a seguir.

Controladora	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	29.715
(-) Constituição de reserva legal	(1.486)
(=) Lucro líquido ajustado	28.229
Dividendos mínimos obrigatórios	282

c) Reserva Legal: A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2020 a constituição realizada foi de R\$1.486. d) Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$4.265, resultado da destinação do prejuízo líquido do período de 2021, foi destinado à reserva de retenção de lucros para redução do montante mantido. Em 31 de dezembro de 2020, a constituição de reserva de retenção de lucros foi de R\$27.947.

### 24. RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio	573.557	231.390	
Receitas com construção	764.866	383.992	
Receita acessória (a)	2.965	900	
Receita Bruta	1.341.388	616.282	
Deduções da receita	(49.603)	(19.996)	
Receita líquida	1.291.785	596.286	

a) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Base de cálculo de impostos			
Receitas com serviços	576.522	232.290	
Deduções			
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(17.296)	(6.970)	
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(3.748)	(1.510)	
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(28.559)	(11.516)	
	(49.603)	(19.996)	

### 25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Custo de Obra	(764.866)	(383.992)	
Provisão para manutenção	(60.830)	-	
Pessoal	(43.707)	(17.148)	
Conservação e manutenção	(77.235)	(7.668)	
Serviços de terceiros (*)	(51.569)	(26.883)	
Seguros	(4.648)	(4.582)	
Depreciações e amortizações	(94.364)	(29.077)	
Poder concedente	(38.245)	(3.478)	
Locações de imóveis e máquinas	(2.846)	(1.156)	
Outras despesas operacionais	(7.513)	(2.078)	
Total	(1.145.823)	(476.061)	

Despesas operacionais:

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos processuais	-	-	(1.063)	(29)		
Pessoal	-	-	(21.845)	(12.114)		
Conservação e manutenção	-	-	(2.068)	(1.712)		
Serviços de terceiros	(134)	-	(13.028)	(16.806)		
Depreciações e amortizações	-	-	(1.509)	(3.487)		
Locações de imóveis e máquinas	-	-	(8)	(102)		
Outras despesas operacionais	(9)	-	(1.594)	(866)		
Total	(143)	-	(41.115)	(35.114)		

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

### 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:						
Provisão para manutenção - AVP	-	-	12.466	-		
Receita de aplicações financeiras	4	-	1.576	5.954		
Outros	-	-	628	16		
Total	4	-	14.670	5.970		
Despesas financeiras:						
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(24.157)	-	(106.562)	(38.111)		
Provisão para manutenção - Atualização pela inflação	-	-	(11.090)	-		
Amortização de custos com emissão de notas promissórias/ debêntures	(2.087)	-	(15.398)	(6.708)		
Juros de arrendamento	-	-	(878)	(616)		
Despesas bancárias	-	-	(843)	(598)		
Outras despesas financeiras	(1)	-	(1.530)	(440)		
Total	(26.245)	-	(136.301)	(46.473)		
Resultado Financeiro líquido	(26.241)	-	(121.631)	(40.503)		

## A DIRETORIA

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IX S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Representação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção à nota explicativa n.º 2.23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, cujo valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para correção de erro e estão sendo retificados como previsto na CPC 23 / IAS 8 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as

### 27. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2021. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro básico por ação:		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4.265)	29.715
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	477.892	477.357
Lucro (Prejuízo) básico por ação	(0,009)	0,062

### 28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **Risco de mercado** - a) Exposição a riscos cambiais: A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **Considerações gerais:** • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Notas Promissórias: classificadas como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • Debêntures: classificadas como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificadas pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir: **Índice de endividamento:** Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (i)	524.162	-	2.104.078	1.038.111		
Caixa e equivalentes de caixa	(83)	-	(284.644)	(58.541)		
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(23.556)	-		
Dívida líquida	524.079	-	1.795.878	979.570		
Patrimônio líquido (ii)	503.675	506.790	503.675	506.790		
Índice de endividamento líquido	1,04	-	3,57	1,93		

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e 15. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, conforme quadro a seguir:

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos:						
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	83	-	284.644	58.541	
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	-	-	23.556	-	
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	46.060	24.083	
Passivos:						
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	6	-	54.282	90.989	
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	-	-	678.758	1.038.111	
Debêntures	Custo amortizado	524.162	-	1.414.274	-	
Credor pela concessão	Custo amortizado	-	-	13.190	382	

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos: (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia. (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. c) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil Consolidado	Fluxo de caixa contratual total	Consolidado			
				2022	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	371.099	3.798.865	-	-	-	3.798.866
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	159.067	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	370.992	769.004	19.200	19.918	20.718	709.168
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	678.758	1.560.556	34.417	35.730	36.800	1.453.608
CDI +							
Debêntures (IBH IX)	3,30%	517.827	623.383	-	623.383	-	-
		2.097.743	8.380.141	53.617	679.031	57.518	7.589.975

e) Análise de sensibilidade - *Risco de variação nas taxas de juros:* A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2021. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo Consolidado	Consolidado			
			Juros a incorrer	Canário I - provável	Canário II - 25%	Canário III - 50%
31/12/2021						
Equivalentes de caixa	CDI	278.304	29.639	37.042	44.473	
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	23.556	2.509	3.135	3.764	
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	370.992	18.661	23.335	28.010	
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	678.758	34.142	42.694	51.246	
Correção monetária sobre Debêntures (IBH IX)	Aumento do CDI	524.162	55.283	69.766	83.761	

Operação	Risco	Saldo Consolidado	Juros a incorrer			
			Canário I - provável	Canário II - 25%	Canário III - 50%	
31/12/2021						
Equivalentes de caixa	CDI	278.304	29.639	37.042	44.473	
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	23.556	2.509	3.135	3.764	
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	370.992	18.661	23.335	28.010	
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	678.758	34.142	42.694	51.246	
Correção monetária sobre Debêntures (IBH IX)	Aumento do CDI	524.162	55.283	69.766	83.761	

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Canário I - provável	Canário II - 25%	Canário III - 50%
IPCA (a)	5,03%	6,29%	7,55%
CDI (b)	10,65%	13,31%	15,98%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" do BACEN: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br) - FOCUS - Relatório de Mercado de 31 de dezembro de 2021. (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/](https://www.b3.com.br/pt_br/), acessado em 11 de fevereiro 2022.

### 29. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. Em 31 de dezembro de 2021, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Consolidado		
		Vigência		
Responsabilidade civil	97.500	Até julho de 2022		
Riscos nomeados e operacionais	6.904.779	Até julho de 2022		
Veículos - frota	26.239	Até julho de 2022		
D&O	40.000	Até agosto de 2022		
Risco de engenharia	99.928	Até junho de 2023		
Seguro garantia	1.168.931	Até junho de 2022		
Fiança Locatícia	808	Até maio de 2025		
Seguro patrimonial	31.040	Até setembro de 2022		

### 30. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No segundo ano do projeto, a EIXO SP deverá investir aproximadamente R\$718 milhões de reais no período compreendido entre junho de 2021 e maio de 2022. Do início do segundo ano do projeto até o encerramento deste exercício a EIXO SP investiu R\$ 382.763. Os investimentos do segundo ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terra-plenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PG